

Resolução de Mesa nº 005/22

“Institui e regulamenta o banco de horas no Poder Legislativo, e dá outras providências”.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, no uso de suas atribuições legais;

resolve:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Poder Legislativo do Município de Taquari - RS o banco de horas para fins de compensação da carga horária excedente a jornada de trabalho normal diária, mediante prévia autorização.

Art. 2º A realização de banco de horas e a compensação da carga horária extraordinária são aplicáveis a todos os servidores do Poder Legislativo, efetivos, em exercício de função gratificada ou de confiança.

Parágrafo único - O Presidente da Câmara poderá regulamentar a jornada de trabalho dos servidores por ato específico, de acordo com o interesse público e o bom funcionamento dos serviços do Poder Legislativo.

Art. 3º A jornada de trabalho do servidor não poderá ultrapassar o limite de 10 horas diárias, salvo em situações de interesse público e desde que autorizado expressamente pelo Presidente da Câmara ou, em relação aos servidores que trabalharem nas sessões da Câmara, quando estas ultrapassarem às 21 horas.

Art. 4º O servidor deve registrar seu ingresso e saída do trabalho no Ponto Eletrônico, para fins de registro e controle diário da jornada de trabalho.

Art. 5º Compete ao Presidente da Câmara de Vereadores a fiscalização e o controle da jornada de trabalho dos servidores, bem como do banco de horas.

Art. 6º O banco de horas consiste no registro individualizado de saldo de horas e minutos trabalhados pelo servidor além ou aquém de sua jornada de trabalho.

§ 1º - Os lançamentos dos saldos no banco de horas serão feitos por mês, com base nos correspondentes registros diários de frequência do servidor.

§ 2º - O saldo de horas e minutos passíveis de serem lançados no banco de horas a cada mês será feito por meio do somatório das horas trabalhadas além do expediente diário regulamentar ao longo do mês, menos o total de horas correspondentes a atrasos, ausências e saídas antecipadas.

§ 3º - O saldo mensal apurado no parágrafo anterior será considerado como horas-crédito.

Art. 7º O servidor poderá acumular no banco de horas o quantitativo máximo de 72 (setenta e duas) horas-crédito.

§1º - Atingido o limite do *caput* o Presidente da Câmara poderá determinar de ofício a compensação pelo servidor, respeitado o interesse público.

§ 2º - Excepcionalmente, poderá ser ultrapassado o limite máximo de horas-crédito estabelecido no *caput* mediante autorização do Presidente ou a quem este delegar competência, com indicação do período e das unidades ou servidores abrangidos.

§ 3º - As horas excedentes trabalhadas, nos termos deste artigo, não ensejarão o pagamento do adicional por serviço extraordinário.

Art. 8º As horas-crédito deverão ser compensadas pelo servidor até o dia 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. É vedada a conversão em pecúnia do saldo de horas não compensado.

Art. 9º As horas excedentes serão computadas no banco de horas da seguinte forma em relação à hora normal:

I - sem acréscimo, quando trabalhadas em dias úteis.

II - com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), se realizadas após as 22h, sábados e pontos facultativos.

III - com acréscimo de 100% (cem por cento), se prestadas em domingos, feriados e recessos previstos em lei.

Art. 10. Serão consideradas horas trabalhadas aquelas em que o servidor esteja participando de programa de treinamento e/ou capacitação, desde que tenha sido previamente autorizado pelo Presidente, não contando, neste período, horas crédito/débito.

Art. 11. Não serão descontadas, nem computadas como jornada excedente as variações de horário no registro de ponto não excedentes a 10 (dez) minutos.

Art. 12. A adoção do banco de horas pelo órgão não exime o servidor da observância dos deveres de assiduidade e pontualidade.

Parágrafo único: É vedado ao servidor faltar ao trabalho sem prévia comunicação e autorização para compensação das faltas do banco de horas.

Art. 13. A compensação de horas-crédito será realizada a critério da Presidência ou mediante requerimento do servidor, indicando os dias a serem compensados, podendo nesse caso ser indeferida pela autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de indeferimento, a Presidência deverá indicar os dias em que o servidor poderá compensar as horas-crédito.

Art. 14. Considerando a criação e regulamentação do banco de horas, o pagamento de horas extras no âmbito do Poder Legislativo do Município de Taquari somente será admitido quanto houver convocação do servidor para exercício de jornada excedente pelo Presidente da Câmara, e desde que no ato convocatório conste expressamente que a prestação do serviço extraordinário será remunerado como hora extra.

Art. 15. Fica estabelecido o horário das 8:00 às 12 horas e das 13:00 às 17:00 horas para que o servidor cumpra seu horário de trabalho.

Parágrafo único – O servidor somente poderá realizar horas/crédito, fora do estabelecido no “caput” deste artigo, com a autorização do Presidente da Câmara.

Art. 16. Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 27
de julho de 2022.

Ver. José Harry Saraiva Dias,
Presidente.

Ver. Leandro da Rosa,
1º Secretário.

Ver^a. Maria do Carmo da Silva Santos,
2ª Secretária.